

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações

são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Dezembro/18 com saldo de carteira de crédito de R\$ 191,7 milhões, ante \$ 245,1 milhões em Dezembro/17.

Em 2018, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 13,9 milhões, ante R\$ 17,5 milhões em 2017.

Adicionalmente, em 2018 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não

aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)				
	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017

RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de arrendamento mercantil	7b	101.188	204.115	158.609
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	204.728	428.686	1.127.100
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.3	19	(388)	(2.613)

DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de captação no mercado	12b	(278.995)	(577.241)	(1.220.720)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13b	–	–	(1.363)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(82.172)	(163.092)	(129.570)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	641	694	2.140

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Outras receitas/DESPESAS OPERACIONAIS		(17.367)	(28.522)	(22.147)
Outras despesas administrativas	15a	(4.142)	(7.506)	(7.547)
Despesas tributárias	18c	(3.112)	(6.341)	(17.419)
Outras receitas operacionais	15b	1.484	3.235	9.502
Outras despesas operacionais	15c	(11.957)	(18.001)	(6.683)

RESULTADO OPERACIONAL				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	16	(8.642)	(9.214)	(995)
Receitas não operacionais		375	426	218
Despesas não operacionais		(9.017)	(9.640)	(1.213)

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18a	4.478	(3.544)	(13.766)
LUCRO LÍQUIDO		5.409	13.892	17.468

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO				
LUCRO POR AÇÃO		(21.500)	(21.500)	–
Lucro por lote de mil ações - R\$		10.605,88	27.239,22	34.250,98
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017

Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		931	17.436	31.234
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		99.982	180.372	96.062
Provisão arrendamento mercantil e outros créditos	7f	(641)	(694)	(2.140)
Depreciações e amortizações		62.288	128.561	87.018
Insuficiência de depreciação		19.647	29.233	17.003
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos (Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		8.970	8.970	(1.546)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	16	–	(426)	(165)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis e fiscais	22d.1	9.675	13.687	(5.319)

Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações				
Variações Patrimoniais		(4.318.833)	(6.075.069)	(2.731.100)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		41.345	332.556	6.233.021
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(2.353.788)	(2.351.623)	2.605
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(678)	(162)	(1.946)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(20.774)	(19.989)	20.723
(Aumento) Redução em outros valores e bens		413	753	(849)
Imposto de renda e contribuição social pagos (Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(1.985.075)	(4.025.811)	(8.957.317)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		–	(7.973)	(401)
(Redução) Aumento em outras obrigações		4.955	6.321	(26.637)

CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES				
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento		(4.217.920)	(5.877.261)	(2.603.804)
(Aquisição/aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		–	(119)	–
(Aquisição/aumento) de investimentos		(72)	(72)	(543)
(Aquisição) de imobilizado de arrendamento		(41.675)	(127.825)	(293.950)
Alienação/redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		127	–	1.762
Alienação de imobilizado arrendamento		10.409	24.047	78.309
Alienação de investimentos		–	–	1.758

CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento		(31.211)	(103.969)	(212.934)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos		(29.985)	(34.134)	–
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(29.985)	(34.134)	–
Variável Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.279.116)	(6.015.364)	(2.816.738)
Início do exercício		7.153.628	8.889.876	11.706.614
Fim do exercício	4	2.874.512	2.874.512	8.889.876

Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa				
		(4.279.116)	(6.015.364)	(2.816.738)

Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência/Insuficiência de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência/Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado: Lucro - reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra. Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

Despesas antecipadas São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Ativo permanente Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10%. O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução CMN nº 4.534 emitida em 24 de novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

Captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses As captações no mercado são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

Tributos Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletiram a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		31.12.2018	31.12.2017	
Disponibilidades		202	368	
Disponibilidades em moeda nacional		202	368	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾		2.874.310	8.889.508	
Aplicação no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada		–	–	
Total		2.874.310	8.889.508	
		2.874.512	8.889.876	

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Nota	31.12.2018	31.12.2017	

ATIVO CIRCULANTE		5.243.911	9.246.539	
Disponibilidades	4	202	368	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	2.874.316	9.222.070	
Aplicações no mercado aberto		2.874.316	9.222.070	

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6a	2.356.180	4.438	
Carteira própria		2.356.180	214	
Vinculados à prestação de garantias		–	4.224	
Operações de Arrendamento Mercantil		38	(478)	
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	150.617	156.629	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(150.147)	(156.275)	

Outros Créditos	7f	(432)	(832)	
Diversos	8	12.714	18.286	
Outros Valores e Bens	9	461	1.855	
Bens não de uso próprio		887	2.443	
(Provisão para desvalorizações)		(465)	(891)	
Despesas antecipadas		39	303	

ATIVO NÃO CIRCULANTE		741.894	776.878	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		542.653	514.633	
Operações de Arrendamento Mercantil		14	(326)	
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	58.307	107.220	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(58.126)	(106.977)	
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(167)	(569)	
Outros Créditos	8	542.481	514.917	
Diversos		542.481	514.917	

Outros Valores e Bens	9	68	42	
Despesas antecipadas		68	42	
PERMANENTE		199.331	262.245	
Investimentos	10	7.779	16.677	
Outros investimentos		23.382	23.310	
(Imparidade acumulada)		(15.603)	(6.633)	
Imobilizado de Uso		–	–	
Outras imobilizações de uso		186	186	
(Depreciações acumuladas)		(186)	(186)	

Imobilizado de Arrendamento	11a	191.552	245.568	
Bens arrendados		434.782	390.113	
(Insuficiência de depreciação)		(53.972)	(24.740)	
(Depreciações acumuladas)		(189.258)	(119.805)	
TOTAL DO ATIVO		5.985.805	10.023.417	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO CIRCULANTE				
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		2.697.681	33.167	
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	12a	2.646.775	–	
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		–	–	
FINAME	13a	–	4.733	
Outras Obrigações		50.906	28.431	
Sociais e estatutárias		8.500	4.149	
Fiscais e previdenciárias	14a	7.250	2.239	
Negociação e intermediação de valores		–	33	
Credeiros por antecipação de valor residual	7c	350	660	
Diversas	14b	34.806	21.350	

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.305.599	8.981.635	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.305.599	8.981.635	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	2.305.357	8.977.943	
Recursos de debêntures		2.305.357	8.977.943	
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		–	3.240	
FINAME	13a	–	3.240	
Outras Obrigações		242	452	
Credeiros por antecipação de valor residual	7c	135	452	
Diversas	14b	107	–	

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Composição	31.12.2018	31.12.2017	
Aplicações no mercado aberto	2.874.316	9.222.070	
Revenidas a liquidar - Posição bancada	–	–	
Letras Financeiras do Tesouro	–	1.015.207	
Letras do Tesouro Nacional	–	4.284.775	
Notas do Tesouro Nacional	2.874.310	3.589.525	
Debêntures	6	332.563	
Total	2.874.316	9.222.070	
Ativo circulante	2.874.316	9.222.070	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	203.950	428.009	989.282
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	95	95	137.202
Total	204.045	428.104	1.126.484

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - TVM
Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento	31.12.2018			31.12.2017		
	Sem vencimento	0 a 30 de 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	–	2.354.533	1.314	2.356.143	2.355.847	(296)
Títulos Públicos	–	2.354.533	1.314	2.356.143	2.355.847	(296)
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	1.314	1.314	–	–
Letras do Tesouro Nacional	–	2.354.533	–	2.354.829	2.354.533	(296)
2 - Títulos Disponíveis para Venda	333	–	–	333	333	–
Títulos Privados	333	–	–	333	333	–
Cotas de Fundos de Investimentos	333	–	–	333	333	–
Total (1 + 2)	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)

Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento	31.12.2018			31.12.2017		
	Sem vencimento	0 a 30 de 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Vencimento em dias	–	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)
Carteira própria	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)
Vinculados à prestação de garantias	–	–	–	–	–	–
Total	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)

Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos	31.12.2018			31.12.2017		
	Sem vencimento	0 a 30 de 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Vencimento em anos	–	2.354.533	1.314	2.356.143	2.355.847	(296)
Títulos para negociação	–	–	–	–	–	–
Títulos disponíveis para venda	333	–	–	333	333	–
Total	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)

Resumo da carteira por rubricas de publicação	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	2.356.180	–	2.356.180	214	–	214
Vinculados à prestação de garantias	–	–	–	4.224	–	4.224
Total	2.356.180	–	2.356.180	4.438	–	4.438

Resumo da carteira por categoria	31.12.2018		31.12.2017	
	Por Categoria	Por Categoria	Por Categoria	Por Categoria
1 - Título para negociação	2.355.847	100%	4.224	95%
2 - Títulos disponíveis para venda	333	0%	214	5%
Valor contábil/mercado da carteira	2.356.180	100%	4.438	100%

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	204.045	428.104	1.126.484
Títulos de renda fixa	662	542	530
Aplicações em fundos de investimento	21	40	86
Total	204.728	428.686	1.127.100

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos
Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Composição da carteira de derivativos por indexador	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Por Indexador	–	–	–	162.290	–	–
Contratos de futuros	–	–	–	16.703	–	–
Compromissos de compra	–	–	–	16.703	–	–
DI	–	–	–	145.587	–	–
Compromissos de venda	–	–	–	145.587	–	–
DI	–	–	–	–	–	–

Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos	31.12.2018		31.12.2017	
	Letras Financeiras do Tesouro	Total	Letras Financeiras do Tesouro	Total
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	4.224
Total	–	–	–	4.224

Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	Futuros	Total	Futuros	Total	Futuros	Total
Futuros	19	19	(388)	(388)	(2.613)	(2.613)
Total	19	19	(388)	(388)	(2.613)	(2.613)

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Operações de arrendamento a receber	31.12.2018		31.12.2017	
	Operações de arrendamento mercantil a receber	Ativo circulante	Operações de arrendamento mercantil a receber	Ativo não circulante
Operações de arrendamento mercantil a receber	208.924	263.849	208.924	263.849
Arrendamentos financeiros a receber	–	–	–	–
Ativo circulante	150.617	156.629	150.617	156.629
Ativo não circulante	58.307	107.220	58.307	107.220
Total	208.924	263.849	208.924	263.849

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	31.12.2018		31.12.2017	
	Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	Ativo circulante	Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	Ativo não circulante
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(208.273)	(263.252)	(208.273)	(263.252)
Ativo circulante	(150.147)	(156.275)	(150.147)	(156.275)
Ativo não circulante	(58.126)	(106.977)	(58.126)	(106.977)

Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	Receitas de arrendamento mercantil	Despesas de arrendamento mercantil	Receitas de arrendamento mercantil	Despesas de arrendamento mercantil	Receitas de arrendamento mercantil	Despesas de arrendamento mercantil
Receitas de arrendamento mercantil	101.188	(82.172)	204.115	(163.092)	158.609	(129.750)
Arrendamentos financeiros	93.659	–	183.958	–	132.700	–
Lucro na alienação de bens arrendados	4.463	–	12.329	–	13.868	–
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	3.066	–	7.828	–	12.041	–
Despesas de arrendamento mercantil	(82.172)	(163.092)	(163.092)	(129.220)	(129.220)	(129.220)
Arrendamentos financeiros	–	–	–	–	–	–
Prejuízo na alienação de bens arrendados	–	–	–	–	(530)	–
Total	19.016	41.023	41.023	28.859	28.859	28.859

Carteira por setores de atividade econômica	31.12.2018		31.12.2017	
	Setor privado	Pessoa física ⁽¹⁾	Setor privado	Pessoa física ⁽¹⁾
Setor privado	191.718	100,00%	245.053	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	132	0,07%	287	0,12%
Pessoa jurídica	191.586	99,93%	244.766	99,88%
Atividades específicas da construção	9.774	5,10%	56	0,02%
Automotivo	–	0,00%	947	0,39%
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.930	5,70%	3.498	1,43%
Comércio varejista	9.128	4,76%	1.056	0,43%
Serviços	159.631	83,26%	236.917	96,68%
Transportes	2.123	1,11%	2.292	0,94%
Total	191.718	100,00%	245.053	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Arrendamentos financeiros a receber	208.924	263.849
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(208.273)	(263.252)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	191.552	245.568
Cretores por antecipação do valor residual	(485)	(1.112)
Valor presente dos contratos de arrendamento financeiro/Outros créditos	191.718	245.053

Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento	31.12.2018		31.12.2017	
	AA	A	B	C
Parcelas vincendas	101.358	79.238	10.334	–
01 a 30	10.898	3.734	227	–
31 a 60	10.521	3.708	227	–
61 a 90	10.306	3.708	227	–
91 a 180	29.754	10.150	685	–
181 a 360	33.915	18.029	1.372	–
Acima de 360	5.964	39.909	7.596	–
Parcelas vencidas	394	267	–	–
Até 14 dias	394	267	–	–
Subtotal	101.752	79.505	10.334	–

Parcelas vincendas	31.12.2018		31.12.2017	
	Operações em curso normal	Operações em curso anormal	Operações em curso normal	Operações em curso anormal
Parcelas vincendas	–	–	28	50
01 a 30	–	–	1	3
31 a 60	–	–	1	4
61 a 90	–	–	1	3
91 a 180	–	–	2	8
181 a 360	–	–	3	12
Acima de 360	–	–	20	43
Parcelas vencidas⁽¹⁾	–	–	2	3
01 a 14	–	–	–	–
15 a 30	–	–	1	3
31 a 60	–	–	1	5
61 a 90	–	–	1	3
91 a 180	–	–	–	8
181 a 360	–	–	–	15
Acima de 360	–	–	–	12
Subtotal	–	–	30	127
Total	101.752	79.505	10.334	30

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da provisão por níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	31.12.2018		31.12.2017	
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Valor das operações	Provisão mínima requerida
AA	0,00%	101.752	–	79.946	–
A	0,50%	79.505	(398)	100.892	(504)

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais)

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.
A Administração distribuiu sobre o Lucro do período o montante de R\$ 9.185 de dividendos (R\$ 4.149 em 31 de dezembro de 2017) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
Em 31 de outubro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 11.500 pago em 13 de novembro de 2018.
Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 18.485, sendo R\$ 9.300 através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018.
Em 31 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 10.000.

	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro líquido do período	13.892	17.468
Destinação para reserva legal	(695)	(873)
Base de cálculo	13.197	16.595
Dividendos mínimos obrigatórios	3.299	4.149
Dividendos adicionais	5.886	-
Valor proposto	9.185	4.149
% sobre a base de cálculo	70%	25%

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$

Remunerações pagas antecipadamente	29.985	58.794,12	-	-
Dividendos	18.485	36.245,10	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.500	22.549,02	-	-
Remunerações a pagar	10.000	19.607,84	4.149	8.135,29
Dividendos	-	-	4.149	8.135,29
Juros sobre o Capital Próprio	10.000	19.607,84	-	-
Remuneração referente a exercícios anteriores	30.800	60.392,16	-	-
Remuneração referente ao exercício vigente	9.185	18.009,80	4.149	8.135,29
Total de remuneração aos acionistas	39.985	78.401,96	4.149	8.135,29

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

18.

a) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores correntes	(2.286)	(5.547)	(1.604)
IR e CSLL no País - Corrente	(1.987)	(5.248)	(1.604)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(299)	(299)	388
Valores Diferidos	6.764	2.003	(12.162)
Ativo fiscal diferido	6.764	2.003	(12.162)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(1.074)	(2.328)	(42)
Diferenças temporárias	7.922	4.995	(12.218)
Marcação a mercado	(84)	(664)	98
Total	4.478	(3.544)	(13.766)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado antes dos tributos e participações	931	17.336	31.234
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(419)	(7.846)	(14.053)
Encargos sobre JCP	9.675	9.675	-
Outros valores	(4.778)	(5.373)	287
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	4.478	(3.544)	(13.766)

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Cofins	(887)	(1.771)	(2.100)
ISSQN	(1.847)	(3.688)	(628)
PIS	(144)	(288)	(341)
Outras	(234)	(594)	(14.350)
Total	(3.112)	(6.341)	(17.419)

d) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	31.12.2017	Exercício/2018	31.12.2018
	Saldo	Movimentação no Período (1)	Saldo
Diferenças temporárias	23.876	13.277	(8.947)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.301	41	(7.605)
Provisões passivas	13.391	13.117	(342)
Marcação a mercado	783	119	(784)
Outras provisões	401	-	(216)
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	482.497	104	(2.431)
Total dos créditos tributários ativados	506.373	13.343	(11.340)
Imposto de Renda	497.967	11.314	(7.193)
Contribuição Social	8.406	2.029	(4.147)

(1) Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2019	2.752	2.649
Em 2020	2.772	2.555
Em 2021	3.463	3.045
Em 2022	108.901	91.089
Em 2023	99.525	79.093
A partir de 2024	290.962	213.029
Total de créditos tributários	508.376	391.470

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se, até o presente momento, a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 10.923 (R\$ 19.868 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), correspondente a 71% (97% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) da projeção de realização prevista para todo o ano calendário de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2017. Considerando a realização de crédito tributário prevista para o 2º semestre, a Companhia mantém o seu nível de realização de crédito tributário em conformidade com o percentual mínimo estabelecido na Resolução 3.059/2002.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)
Em 2019	0%	6%
Em 2020	0%	6%
Em 2021	0%	10%
Em 2022	22%	10%
Em 2023	18%	45%
A partir de 2024	60%	23%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Não ativado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

19.

PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta-corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2018			
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Votorantim e Controladas	Outras
Ativos				Total
Disponibilidades	12	-	164	176
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	2.874.316	2.874.316
Outros ativos	-	-	844	844

Passivos				
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(2.305.357)	(2.305.357)
Outros passivos	-	-	(10.033)	(10.033)

	2º Semestre/2018			
	Exercício/2018			
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	204.045	204.045
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(162.077)	(162.077)

	31.12.2017			
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Votorantim e Controladas	Outras
Ativos				Total
Disponibilidades	21	-	299	320
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	9.222.070	9.222.070
Outros ativos	-	-	344	344

Passivos				
Recursos de Letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(8.977.943)	(8.977.943)
Outros passivos	-	-	(74)	(74)

	Exercício/2017			
	Exercício/2017			
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	1.126.484	1.126.484
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(1.099.746)	(1.099.746)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - VALOR DE MERCADO

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado

Ativo Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.874.316	2.874.316	9.222.070	9.222.070
Títulos e valores mobiliários	2.356.476	2.356.180	4.438	4.438
Operações de arrendamento mercantil	191.718	198.664	245.053	248.812
Passivo Circulante e Não circulante				
Recursos de ações e emissão de títulos	(4.952.132)	(4.955.501)	(8.977.943)	(8.984.834)
Obrigações por repasses do País	-	-	(7.973)	(7.973)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita. Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros contratados com terceiros.
A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).
Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2018:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de ações e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.
Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2018:

Cenário I (1)			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(195)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(3.139)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(6.152)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa pré para o prazo de um ano é 6,55%. Desse modo, toda a curva é chocada em 1,64% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao(s)

Conselho de Administração e Acionistas do
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3h e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e exercício do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a Companhia atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3h e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3n, e 22, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e efetividade operacional dos controles internos relevantes, relativos à captura dos processos, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Com base em testes, avaliamos a adequação da mensuração, reconhecimento da provisão, suficiência e a divulgação de passivos contingentes, considerando os valores de constituições e reversões e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e analisamos as mudanças nas estimativas em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3n e 22, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nº 3m e 18d), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e efetividade dos controles internos relevantes, implementados pela Companhia referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se as mesmas atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3m e 18d, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 1SP245785/O-2